



MOÇÃO

Pela Revisão do Fundo de Financiamento das Freguesias e pela Equidade no Financiamento do Poder Local de Proximidade

O Congresso da ANAFRE, reunido em Portimão, reafirma o papel essencial das freguesias enquanto autarquias locais de proximidade, constitucionalmente consagradas, com responsabilidades crescentes na prestação de serviços às populações e na coesão territorial.

Nos termos da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações subsequentes), o financiamento das freguesias assenta fundamentalmente em:

1. Transferências do Orçamento do Estado, designadamente através do Fundo de Financiamento das Freguesias;
2. Transferências dos municípios, no âmbito de contratos interadministrativos ou apoios financeiros;
3. Receitas próprias, geralmente de reduzida expressão;
4. Fundos comunitários e outros apoios pontuais.

O Fundo de Financiamento das Freguesias constitui a principal e mais estável fonte de financiamento das freguesias, sendo determinado por critérios como a população, a área, o número de eleitores e a tipologia territorial.

Contudo, após a reforma administrativa de 2013, tornou-se evidente que persistem desigualdades significativas no financiamento das freguesias, em particular quando se comparam freguesias com estrutura territorial e funcional idêntica à de Uniões das Freguesias.

Importa sublinhar que:

- Uma União das Freguesias é juridicamente uma única freguesia, sendo financiada como tal;
- O seu financiamento resulta do somatório dos FFF das antigas freguesias, o que, em regra, conduz a um montante global bastante superior.

Paradoxalmente, verifica-se que freguesias não agregadas, mas com características territoriais, populacionais e funcionais idênticas às de uma União de Freguesias, por exemplo, freguesias com várias aldeias, recebem valores significativamente inferiores do Fundo de Financiamento das Freguesias, chegando, em alguns casos, a receber praticamente metade do financiamento atribuído a Uniões com igual número de localidades, área e eleitores.

Esta situação configura uma clara falta de equidade no financiamento, penalizando freguesias que, embora não resultem de processos de agregação, suportam encargos semelhantes e prestam serviços de igual complexidade.



MOÇÃO

Acresce ainda que, nos últimos anos, têm sido atribuídas às freguesias verbas extraordinárias resultantes de excedentes do Orçamento do Estado, as quais, embora positivas, assumem natureza pontual e não estrutural, não garantindo previsibilidade nem estabilidade financeira no médio e longo prazo.

Neste sentido, o Congresso da ANAFRE delibera:

1. Reivindicar a revisão do Fundo de Financiamento das Freguesias, introduzindo critérios que assegurem equidade no financiamento entre Freguesias e União das Freguesias com estruturas territoriais e funcionais equivalentes, garantindo que situações objetivamente idênticas sejam financiadas de forma idêntica;
2. Defender a criação de mecanismos de correção no Fundo de Financiamento das Freguesias que atendam à dispersão territorial, ao número de localidades, e aos custos efetivos de funcionamento;
3. Reclamar a atualização anual do Fundo de Financiamento das Freguesias, assegurando que o seu valor aumente, no mínimo, na mesma percentagem do aumento do Salário Mínimo Nacional, de forma a salvaguardar a capacidade financeira das freguesias face ao aumento dos encargos com pessoal e funcionamento;
4. Defender que as verbas atribuídas às freguesias em resultado de excedentes do Orçamento do Estado sejam agregadas de forma definitiva ao Fundo de Financiamento das Freguesias, reforçando o seu carácter estrutural, previsível e permanente;
5. Mandatar a Direção da ANAFRE para que promova esta posição junto do Governo, da Assembleia da República e dos grupos parlamentares, no âmbito da revisão da Lei das Finanças Locais.

O reforço da equidade, da estabilidade e da previsibilidade no financiamento das freguesias é condição indispensável para garantir justiça territorial, eficiência na gestão local e a dignificação do poder local de proximidade, em benefício das populações.

Portimão, 30, 31 de janeiro e 1 de fevereiro 2026

Os subscritores:

Telmo Afonso, *Presidente da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo - Bragança*

Francisco Parreira, *Presidente da Junta de Freguesia de Miranda do Douro*

Nelson Teixeira, *Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais – Mirandela*

Rui Simão, *Presidente da União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova - Bragança*